



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: POLICE NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 22/10/2019

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Boa noite. Tudo bem com vocês? Eu vou falar diversas vezes para vocês, muito melhor agora. (Palmas)

Pessoal, estamos com este plenário lotado e os outros dois plenários também estão lotados. Ainda há pessoas subindo para preencher todos os lugares, mas como temos um compromisso com o horário, e essa é uma questão importante, porque queremos que vocês voltem para casa em segurança e com a mínima comodidade, correto? Então, não queremos protelar a abertura dos nossos trabalhos. Preciso ter algumas formalidades aqui.

Declaro abertos os trabalhos da 21ª audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, do ano de 2019.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, link auditórios on-line.

Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial* desde o dia 8/10. Já faço o seguinte convite: primeiro, agradecer a presença do nosso Secretário Municipal de Habitação, João Farias, e já o convido a sentar-se ao meu lado. Da mesma forma, convido o Secretário Adjunto, que nesta Casa tem uma presença efetiva, até porque foi nosso colega da Câmara, foi secretário do nosso ex-Vereador Netinho de Paula, e membro da Mesa. Tivemos um tempo de compartilhamento de ideias e de ações muito vigorosa na Casa e também tem um trabalho muito importante no processo legislativo. Aqui também convidamos o engenheiro Sinésio Aparecido da Silva, diretor de programas de Fomento Habitacional da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo, mais conhecida como Cohab, vocês conhecem? Conhecem, mas ela se chama Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo.

Também vou chamar o MSTI, Maksuel Costa, agradecer a presença e também agradecer a presença dos militantes do MSTI.

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradecer a presença do Luciano Celestino da Silva, Associação Direito e Cidadania Heliópolis, que é o presidente da entidade ADC. Também agradecer o João Eudes, que representa o grupo Maio, de Heliópolis. Muito

obrigado pela sua presença também. Vou contar-lhes qual foi a iniciativa, para vocês entenderem o esforço que faremos nesta audiência pública. O nosso esforço aqui é para falar e para escutar.

A cidade de São Paulo recebeu da gestão do Prefeito Doria uma inovação na política habitacional, que foi batizada de PPP da Habitação – Parceria Público Privada – que pretende, falo pretendo, porque ela está em fase de início de atividades. Ela já tem contrato assinado. O contrato tem mais ou menos cinco meses e em breve começaremos a enxergar resultados dessa nova política pública.

Mas, essa inovação precisa ser compreendida por todos, as suas dimensões, a quem pode atender e como pode atender. O dia de hoje é para a gente tratar exatamente disso.

A PPP da Habitação, projetada para o terreno lá da terra prometida, assim batizada Heliópolis-Petrobras, se insere nesse conjunto de tarefas. Só a PPP da Habitação está lá? Não. Lá é um recorte, é um terreno que vai receber individualmente um maior número de unidades. É lá. Mas temos outros setores da Cidade que também receberão a mesma PPP.

Então a gente tem na Vila Leopoldina um terreno da antiga CMTC, que estava na função transporte, mas no dia de hoje foi publicada a sua transferência para imóvel na função habitação. Há uma intervenção no Córrego do Bispo, na zona Norte, em que parte da desmobilização habitacional que tinha no entorno do Córrego já foi realizada, houve remoção de mais de 1.500 famílias de uma área de risco que se tinha ali.

Se há ali produção habitacional para atender parte dessa demanda e outras demandas estabelecidas, mas o nosso foco no dia de hoje é o de apresentar as nossas demandas e a nossa leitura de como podem ser realizados os melhores destinos para aquele terreno da Petrobras e para as demandas que se alicerçaram ao longo do tempo para aquela área.

Esse é o esforço no dia de hoje. Como podemos construir uma fórmula para que, de fato, a PPP da Habitação desenhada para aquele território tenha a finalidade sonhada por

muitos.

Há duas semanas, não mais do que isso, o Secretário de Habitação esteve aqui na Câmara num debate no sentido de ampliar os recursos para produção habitacional, ou seja, de como a gente poderia corrigir algumas leis da Cidade, para permitir um avanço consistente no uso de recursos públicos depositados em fundos públicos, não só para compra da terra, mas também para construção, projeto e execução.

O esforço que a gente vai fazer no dia de hoje - é isso que peço para vocês - a minha ideia é, a partir da fala da mesa, ter a inscrição de vocês. A gente vai intermediar inscrição de vocês com as falas da mesa para não ficar só a gente falando, nem só vocês falando. Então, seria bom intercalar entre três e cinco.

A gente não quer levar o nosso debate para além das 09hs, creio que duas horas de debate é o bastante para conseguirmos ter consciência dos caminhos que queremos tomar. Também podemos produzir uma agenda para além da nossa audiência pública, porque a gente tem de saber o que fazer depois dela. Aqui a gente pode tomar decisões, pode dar diretrizes e organizações, mas a gente tem de saber o que vai fazer depois disso.

Contextualizando, o nosso terreno tem lei própria. É um dos poucos terrenos na cidade de São Paulo que tem lei própria que traz especificações próprias, todas construídas por vocês no debate aqui na Câmara. Ele permite a produção habitacional como única finalidade para aquele território. Lá não pode mais fazer indústria, não pode ter só comércio. Mas pode um pouco de comércio que atenda o conjunto de famílias que vai morar lá.

É importante dizer que a gente vai ter de fazer um parcelamento, porque é uma área muito grande. Ao realizar o parcelamento do solo a gente vai produzir áreas institucionais que vamos render, fazer investimento em equipamentos públicos como postos de saúde, escolas, creches, e, portanto, lá nasce um novo bairro.

São 3.500 unidades habitacionais que, como estão projetadas, não se consegue construir sem mais nada, senão a gente cria uma deformação do território. Se a gente não oferecer ruas para circulação, equipamentos públicos para atender a essa demanda, o risco

que a gente tem é, ao invés de fazer um bairro bom, fazer um bairro ruim. A gente quer fazer lá um bairro que melhore para a Cidade, para o Distrito e para o bairro, inclusive, melhore para a comunidade do Heliópolis, porque muitos daqueles que vão morar lá vêm da própria comunidade do Heliópolis. É o que está escrito, inclusive, na própria legislação.

A nossa tarefa no dia de hoje é discutir como a gente faz esses ajustes. Como os militantes que há tanto tempo guardam e cuidam aquela terra, quase como cuidando da própria casa, poderão ter acesso às unidades habitacionais que serão lá construídas.

Senão, de nada valeu todo esforço que nos trouxe até aqui de como guardar a área, não permitir que lá também fosse favelizado, a exemplo de diversas áreas da Cidade que acabaram por ser. Portanto, como a gente consegue equilibrar a demanda apresentada pelo movimento com a demanda produzida pela Cidade, nos diversos cantos que ela produz.

Nós sabemos que temos uma Cidade extremamente injusta e desigual, mas se não pensarmos na produção de injustiça na Cidade com a atuação do nosso povo, dificilmente vamos pensar numa saída única, como se tivéssemos um salvador da pátria que vai fazer tudo sozinho. Portanto, importa para a Cidade movimentos que têm coragem de buscar e guardar terra, organizar a população para, de fato, acelerar os processos.

Aqui eu estou falando em acelerar. Há pessoas aqui com os rostos, as costas e as mãos calejadas de tanto que vêm trabalhando para ter a sua primeira oportunidade. Mas eu preciso dizer para vocês que é assim. Então o dia de hoje é para a gente discutir exatamente isso.

Eu falava da última audiência que tive com o Secretário João Faria, porque eu fui ao Secretário há um mês, para dizer que talvez a coisa mais importante que a gente tivesse no nosso sistema público municipal de habitação, portanto na nossa política pública, era não iniciar nenhuma obra de construção de uma unidade habitacional que a gente não soubesse quem vai morar lá antes de começar a obra.

Porque se a gente sabe que há tantos esperando casa, qual a razão de manter dúvida na cabeça das pessoas que vão morar nesta ou naquela unidade? Se eu sei

previamente toda a demanda da Cidade, eu posso saber exatamente a demanda que vou colocar em cada uma das unidades que serão construídas.

Por que isso ajuda? Porque ao invés de eu gerar dúvida, dúvida gerar atrito, atrito gerar uma série de prejuízos à Cidade, como a gente teve ao longo do último período, pelo menos ao longo dos últimos 10 anos, muito prejuízo por essa dúvida. Foram prejuízos de unidades que foram invadidas e ocupadas mesmo não tendo prontas para serem entregues, ou prestes a serem entregues.

O que a gente está dizendo aqui é que a PPP da Habitação pode, inclusive, ter uma nova fórmula, obra iniciada já saberemos cada uma das famílias que vão ocupar cada uma daquelas unidades.

Porque se temos a demanda anterior ao início daquelas obras, por que não contar para a sociedade inteira quem vai morar em cada uma dessas unidades? A gente passa a ter gente para ajudar na obra, não gente para criticar a obra como acaba acontecendo obras de unidades habitacionais que ninguém sabe quem vai morar lá.

Acho que essa é uma questão bastante importante, porque a gente está diante da necessidade de tomada de decisão que é política e técnica. É técnica porque a gente já tem evidências que, do jeito que vem sendo feito até aqui, tem gerado problemas; é política porque uma decisão política pode enfrentar esse problema de um erro técnico.

Se a gente não está decidindo antes de a obra começar a gente está deixando de usar as informações, as evidências técnicas que isso não está ajudando no nosso processo de tomada de decisão, portanto a gente tem de levar ao tomador de decisão essas informações para, quem sabe, ele tomar uma decisão e dizer o seguinte: Não, a gente acredita que o modelo correto seja de decidir todos aqueles que morarão nessas unidades antes do início das obras. Portanto, todos esses ajudam na obra e não a criticam por não saber quem ali vai morar.

É com essa abertura que eu quero aqui começar a nossa audiência pública. Ela tem uma tarefa fundamental que é o debate de qual a fórmula adequada para a PPP, uma inovação que a Administração trouxe para construção de unidades, e nós vamos decidir,

vamos trabalhar a forma com que a decisão pública de quais as famílias que vão lá morar, conseguir um critério que respeite a luta, que respeita o território que as pessoas moram, respeite o modelo de financiamento que está sendo tratado, adotado, que respeite a história de cada um desses empreendimentos desde a origem daquela terra.

Então eu fecho agradecendo, mais uma vez, a presença do nosso Secretário. Insisti nos dias de ontem e de hoje, eu tentei trazer o Presidente da Cohab para termos os dois titulares para debate que eu reputo importante porque estamos até deixando, muitas vezes, que outros decidam pela demanda. Hoje há decisões que são tomadas por recomendações ou por termos de ajustamento de conduta realizado junto ao Ministério Público, que pouco tem ajudado nas políticas públicas da Cidade. Faço então um reconhecimento: muitas vezes ao não decidirmos, alguém decide por nós. E, às vezes, nem sempre essa decisão é a mais adequada.

Vou passar a palavra aos membros da Mesa também para a abertura, depois iniciaremos a coleta de opiniões e informações de vocês, e vamos combinando com a Mesa. Sempre lembrando que o esforço no dia de hoje é aprofundarmos o nosso conhecimento na PPP da Habitação, em especial como a demanda, no caso aqui é o MSTI e dos movimentos de habitação do território do Heliópolis, do território do Ipiranga e do Sacomã onde o terreno está, e que serão atendidos com essa inovação produzida pelo Governo. Essa é a nossa ideia e, por isso, a audiência pública foi convocada.

Lembrando que este é o lote 1 da PPP. É o terreno em que Prefeito e Governador estiveram no lançamento e na assinatura do contrato da PPP. Então tem importância sim esse terreno porque se não, não teria ido o Prefeito ainda Doria no lançamento, nem Prefeito e o Governador na assinatura dos contratos. Fica clara a importância do terreno, fica claro o gesto de estarem lá tanto no lançamento quanto na assinatura dos contratos.

Vou começar com o nosso Secretário para que possa nós dar boas-vindas. Já agradecendo muito a presença do Secretário João Farias. (Palmas)

O SR. JOÃO FARIAS – Gente, boa noite primeiro. Primeiro, agradecer o Vereador

Police Neto e a Câmara Municipal pelo convite. Dizer que poder estar aqui para conversar com vocês, em especial com os militantes do MSTI, para mim, é uma grande satisfação. Aproveito para saudar o Maksuel, pessoa com a qual temos tido constante diálogo para trabalharmos no sentido de buscar alternativas e diminuir o déficit habitacional de São Paulo, tendo em vista que zerar o déficit é um sonho infelizmente ainda muito distante, será possível para as próximas duas gerações.

A cidade de São Paulo, todos sabem, até pela nossa característica de ser uma capital com cara dos maiores países do mundo, com todas as dificuldades que enfrenta, tem déficit habitacional extremamente grande. E falta, de forma muito efetiva, recursos financeiros para você conseguir dar resposta ao tamanho das demandas habitacionais que a Cidade tem.

Eu vou ser bastante breve, Vereador, até porque eu não tenho dúvida de que o Sinésio, representando a Cohab, tem muito mais propriedade para falar da PPP da Habitação propriamente dita do que eu, tendo em vista que acompanha esse processo de perto, e poderá trazer elementos mais satisfatórios a este debate.

De início, queria passar algumas informações importantes a vocês, não tenho dúvida de que nos colocamos, neste momento, em situação extremamente otimista com o futuro da produção habitacional na cidade de São Paulo. Sim, é verdade que nós temos hoje uma pressão muito grande sobre a Prefeitura para dar uma resposta às dificuldades habitacionais, também é verdade que o prefeito Bruno Covas vem fazendo esforço tremendo para, no período da sua Gestão, deixar muito claro principalmente àqueles que buscam por moradia de que ele, na medida do possível, executou e utilizou todas as ferramentas possíveis, na condição de Prefeito, para garantir que parte dessa demanda fosse solucionada. Por que falo isso? Falo isso porque nos últimos cinco meses a Câmara Municipal, a pedido do Prefeito - é importante também ressaltar o papel da Câmara - aprovou projetos fundamentais para construirmos uma nova perspectiva habitacional na cidade de São Paulo.

O primeiro projeto que já está em vigor é aquele que permite que a Prefeitura de São Paulo possa fazer aporte de até 120 mil reais para construção de unidades habitacionais.

Significa que, antes dessa alteração São Paulo, vivia exclusivamente, assim como o restante do País, do programa habitacional Minha Casa Minha Vida do Governo Federal. Esse programa tinha no Governo Federal o principal responsável pelo aporte financeiro, e a Prefeitura e o Estado entravam com aporte, no caso de São Paulo, de até 20 mil reais, que era o que a lei permitia para a capital fechar o número de 140 mil reais, que é o preço de uma unidade habitacional do Minha Casa Minha Vida - Faixa 1 na cidade de São Paulo, o valor para construir essas unidades. A partir do momento em que o Governo Federal parou de investir recursos na produção do Minha Casa Minha Vida - Faixa 1 - e quando eu falo parou, é literalmente parou mesmo -, parou tudo. Para vocês terem uma ideia, em 2019 não foi colocado em real sequer do Governo Federal na produção de nova unidade habitacional em São Paulo do Minha Casa Minha Vida, Faixa 1, que é aquele programa que atende as famílias de mais baixa renda, muitas delas não têm como comprovar renda porque o trabalho informal, outras porque tem algum comprometimento com nome por conta de problemas do passado e acabaram tendo seu nome negativado ou porque a sua capacidade financeira já está comprometida para fazer financiamento. Essas pessoas tinham no Minha Casa Minha Vida Faixa 1 a perspectiva de em algum momento poder ter atendimento habitacional e conseqüentemente ter a sua residência. Com o Governo Federal parando de colocar recursos na construção dessas unidades, o que nós fizemos? Nós fomos buscar alternativas para que São Paulo pudesse dar a resposta pelo menos a uma parte da sua demanda e inclusive mandar um recado para o Governo Federal: São Paulo não vai deixar de produzir unidades habitacionais para população em situação de maior vulnerabilidade.

Então, primeiro nós mudamos a lei que colocava o aporte da Prefeitura em 20 mil para 120 mil. Segundo, e mais fundamental – aproveito para fazer um convite a todos os militantes do MSTI, que estão aqui hoje, para estar - quem puder - junto com o Maksuel, amanhã às 9 horas, no sétimo andar da Prefeitura, quando o prefeito Bruno Covas sancionará a lei que faz alteração no Fundurb e vai permitir que São Paulo, a partir de 2020, produza unidades habitacionais com recursos próprios do Município. Só essa mudança vai garantir, de

imediate, 400 milhões de reais do Município de São Paulo para construir unidades habitacionais a partir de 2020.

Qual que é a grande diferença, Vereador Police Neto? E falo em relação aos outros programas que estão em andamento. A diferença é que nós vamos usar esses recursos para construir majoritariamente unidades habitacionais para população que era atendida na Faixa 1 - Minha Casa Minha Vida, que hoje não é atendida porque o Governo Federal não aporta nem um recurso.

O que eu estou querendo dizer? Que o Governo Municipal vai poder, por exemplo, conveniar com a entidade do MSTI para que ela produza unidade habitacional àqueles que são do Movimento e que estão dentro do perfil e das características do Minha Casa Minha Vida - faixa 1 e assim poder receber a unidade habitacional. Vamos além, além de construirmos em parceria com os movimentos, como era feito com o FDS, vamos construir unidades para atender ao cadastro da Cohab, que hoje tem na espera mais de 130 mil pessoas. E vamos adotar o que disse o Vereador aqui e que já está decidido pelo Prefeito, anunciar previamente as pessoas que vão receber a unidade. No momento em que a Prefeitura fizer a licitação para construir a obra e iniciar, o cidadão que vai morar naquele apartamento ou naquele prédio vai saber anteriormente do término da obra que ali está sendo construída a sua unidade habitacional.

Então estamos tentando dar uma resposta para os problemas habitacionais que temos em São Paulo. Reconhecemos que as medidas tomadas são positivas e importantes, mas ainda são insuficientes. Porém estamos deixando claro que São Paulo busca construir uma política habitacional que tenha como objetivo central a população que não tem facilidade para ter acesso ao crédito. Para quem tem essa facilidade já há programas em andamento como Minha Casa Minha Vida, faixa um e meio, dois, a própria PPP. O Sinésio vai falar mais sobre isso. O próprio programa do Governo do Estado que acabou de ser lançado, o Nossa Casa, também permite o acesso dessas pessoas ao crédito.

O grande problema em São Paulo hoje é atender aquela população que não

consegue comprovar crédito para fazer financiamento e que antes tinha no Minha Casa Minha Vida a esperança de ter uma residência. São Paulo não vai permitir que essa esperança se apague. O Prefeito Bruno Covas ainda no mês de novembro lançará um grande programa e um grande anúncio de construção de unidades habitacionais para essa população.

No mais me coloco à disposição de vocês. Parabenizo a Câmara Municipal pela organização dessa audiência e espero que saíamos daqui com propostas e expectativas de conseguir dar resposta para esses que todos os dias não cansam de usar essa frase forte que o Maksuel sempre fala: quem não luta está morto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradecer o Secretário e vou tomar a liberdade de complementar a Mesa com a força de movimentos que são históricos na Cidade e auxiliam muito a nossa reflexão.

Então chamo o Manoel; o Marcelo, Ação Comunitária e o João Eudes, para que venham se somar conosco. É importante termos um conjunto de lideranças que ao longo dos últimos 20, 25, 30 anos tem auxiliado a reflexão da Cidade e também tem dirigido e auxiliado muitas das reflexões que o Poder Público realiza. Faço assim a composição definitiva da nossa Mesa e passo a palavra ao Engenheiro Sinésio Aparecido da Silva, para que também traga as suas reflexões nessa abertura dos nossos trabalhos.

O SR. SINÉSIO APARECIDO DA SILVA – Boa noite. Gostaria de agradecer ao Vereador pelo convite da Cohab também para falar um pouco do processo da PPP Habitacional.

Dos outros programas o Secretário já falou bem dos que estão para serem lançados. E a questão da PPP é um programa complementar aos programas habitacionais da cidade de São Paulo. A PPP foi pensada como uma alternativa há dois anos mais ou menos, em que já se tinha uma situação de que os recursos do Minha Casa Minha Vida vinham diminuindo. Então tinha de ter uma alternativa habitacional e foi pensada a PPP Habitacional dentro da Cohab São Paulo, que não substitui nenhum outro programa. É um programa

complementar que tem a possibilidade de utilizar terrenos que há muito se tornaram ociosos.

É o caso principalmente do terreno da Petrobrás, na região de Heliópolis, e já começamos a trabalhar nele com o processo de desapropriação. O terreno ainda não é da Cohab, pertence à Petrobrás e estamos em negociações. A concessionária já entrou no terreno para começar a trabalhar também a questão da avaliação ambiental, uma proposta de remediação. Aquele foi um terreno que ao longo dos anos serviu como depósito de entulho de alguns materiais inservíveis que acabaram contaminando esse terreno. Então o primeiro passo é trabalhar na desapropriação já pensando no processo de descontaminação desse terreno.

A PPP traz uma questão também que é a regionalização. Atender de forma regionalizada as famílias para esses terrenos que foram utilizados na PPP. Então temos já a previsão de ter essa regionalização de pessoas que moram ou trabalham e que têm o vínculo com essa região.

Hoje vimos aqui mais para escutá-los e se necessário for trazer algum esclarecimento a respeito do processo que em outros momentos foi discutido nesta Casa. Houve algumas discussões e é um programa - como o Vereador falou – inovador, uma forma diferente de fazer habitação, daquela tradicional que estamos acostumados. Além da questão habitacional esse programa prevê uma manutenção desse empreendimento habitacional no prazo de concessão dos 20 anos.

Então pelo menos 16, 15 anos depois da entrega das unidades habitacionais tem uma manutenção para atender principalmente aquelas famílias de mais baixa renda que em dado momento pela manutenção, seja de elevador, de fachada, das áreas condominiais, acabam arcando com custo excessivo de condomínio. O que acaba criando aquela situação em que essas pessoas terminam vendendo o apartamento com contrato de gaveta porque não conseguem se manter no empreendimento. A proposta da PPP também vê uma parte futura desses empreendimentos habitacionais: essa manutenção, esse apoio na gestão condominial que é feito pela concessionária também.

Como o Vereador falou, outra coisa que acaba sustentando o projeto são as

unidades habitacionais para construção de HMT e HMC. São unidades habitacionais para pessoas de uma faixa de renda um pouquinho maior, mas parte desse recurso acaba voltando para a produção habitacional de novos empreendimentos habitacionais.

Então é um modelo extremamente novo, cria muitas dúvidas, muitas incertezas, mas é um programa que a Cohab vem acreditando como uma alternativa habitacional para essas regiões. Então esse terreno que ficou, pelo seu proprietário, abandonado há certo tempo, há um movimento que acompanha o terreno de perto e pede ocupações que poderiam ocorrer nesse terreno, então agora tem uma finalidade habitacional e definitiva.

Vou ser breve e vamos respondendo na medida do possível as perguntas e os questionamentos de vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Sinésio. Vou passar a palavra rapidamente para aqueles que compuseram a Mesa e são do movimento popular e já quero deixar aberta a nossa secretaria para as inscrições. Então quem tiver o desejo de falar, que está nesta sala, vai até ali falar com o Cido, que hoje é o nosso comandante. Ele que diz a hora que começamos e a hora que concluímos. Vamos tentar terminar às 21h, como falei.

Vamos agora receber a energia do Manoel, depois do João Eudes, do Marcelo e do Maks, nessa fala inaugural e depois vamos escutar a população.

Tem a palavra o Manoel.

O SR. MANOEL – Primeiro, boa noite a todas e todos, nas pessoas do Police Neto e do Secretário cumprimentar a Mesa e dizer que a gente vem fazendo essa discussão no Heliópolis há mais de 30 anos, porque essa terra para nós é um pulmão.

No Heliópolis temos muita dificuldade de ter terra e tenho conversado muito com o Maksuel e também com os outros companheiros que, por exemplo, a PPP se não for nesse sentido que o Police Neto disse, para nós não teria sentido. Mas queremos acreditar que pela história de luta que o Heliópolis tem e pela luta que já fizemos por aquele terreno, os movimentos tem de ser atendidos.

Não vou ser repetitivo, o Police Neto disse e também na reunião que tive com o Secretário falei disso, é uma luta de mais de 30 anos e sabemos que aquele terreno hoje sendo construído vai beneficiar muitas pessoas, mas quem são essas pessoas? Essa era a dúvida, porque, por exemplo, todos os movimentos que estão nessa Mesa fizeram a luta por aquele terreno. Então nada mais justo do que sabermos qual é a demanda e que os movimentos possam ser atendidos.

Com certeza vamos dar as mãos e lutar para que todos sejam atendidos ali. Estamos juntos e até a vitória. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem, Manoel. Obrigado. Tem a palavra o João Eudes.

O SR. JOÃO EUDES – Boa noite a todos e a todas, parabenizar a mobilização de vocês por estarem aqui esta noite fazendo parte dessa história de luta por moradia, que é onde o ser humano mais sofre: na hora de ter uma moradia. Quando fomos concebidos no início da nossa vida, na barriga da nossa mãe, a primeira moradia que temos. A partir dali a luta começa para ter a moradia própria na terra.

Quero agradecer o Police pelo convite, ao Secretário João Farias e todos os participantes da Mesa, dizer que essa luta – como o Manoel disse – é desde que o Heliópolis iniciou a luta para permanecer na área, na década de 70. E essa luta permanece, estou vendo que tem criança de colo que futuramente também vai lutar para ter a sua moradia própria. Hoje são os pais que lutam para ter a moradia para acolher os seus familiares e seus filhos.

E essa luta é parte de todos nós que somos moradores desta Cidade e principalmente de Heliópolis, que hoje aqui a discussão, a pauta é Heliópolis. Estamos aí para fortalecer, para participar e também lutar. Já vi que agora está ficando clara a participação de todos os movimentos para que seja atendida toda a demanda dos movimentos de moradia, tem associações também que tem movimento.

E é isso. Então a partir daí acreditamos que com a participação de todos a coisa começa a ficar mais clara. Parabéns a todos que estão aqui e todos que não puderam vir. E

vamos à luta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, João Eudes. Tem a palavra o Marcelo, Ação Comunitária.

O SR. MARCELO – Boa noite a todos, quero agradecer a Deus por estarmos juntos aqui nesta noite. Agradecer ao Maksuel José da Costa, meu afilhado, pela ousadia de fazer esse chamamento para esta audiência pública.

Parabéns, Vereador José Police Neto, que está sempre na luta com o pessoal dos movimentos populares, principalmente na área da moradia; a presença do Secretário João Farias, que está aqui para fazer a sua parte; demais membros da Mesa e o Sinésio falando um pouquinho da PPP.

É redundante falar em relação à demanda, o Manoel falou e o Maksuel vai falar sobre isso, mas uma coisa para ficar clara, Heliópolis fez 49 anos, o alojamento antigo de Heliópolis são 40 anos e nesses 40 anos, são mais de 35 anos de luta, e nesse tempo inteiro, nós já temos 12 anos dentro do terreno da Petrobrás, em ocupação, fora a luta anterior, mas toda a luta que o MST for e a ação comunitária vem participando.

Acho que essa PPP que foi proposta para o terreno traz dúvidas. A gente está caminhando, mas a maior dúvida de todas é a gente entender quanto de fato a Prefeitura do Município de São Paulo vai ter esse terreno na mão, porque ouvimos agora há pouco falarem que ainda está em negociação essa questão do terreno, e entrar no terreno para fazer a descontaminação, principalmente, o fato de o Governador João Doria e o Prefeito irem na nossa comunidade para falarem do início das obras que não foram realizadas até este momento.

Acho que é uma coisa da ansiedade de todo mundo, porque todos esperam que essa obra saia e que a gente dos movimentos populares continue nessa luta, nessa garra de que, de fato, as nossas famílias sejam atendidas dentro desse processo, porque nós vemos aqui o rosto de cada um de vocês, às vezes, vindo diretamente do trabalho para cá, e a gente, em todas as reuniões e audiências, saímos com um pouco mais de experiência e esperança,

mas contamos que, com essa gestão, nós conseguimos iniciar essas obras e tenhamos, de fato, até o final do ano que vem, algumas unidades já prontas. Tecnologia tem, a PP saiu e tem as empresas que estão responsáveis para fazerem essa obra. Então, com toda a tecnologia, toda a nossa insistência dos movimentos que estão envolvidos nessa luta, que se tenha a obra, de fato, iniciada neste ano e que nós possamos, até o final do ano que vem, atender uma boa parte das famílias que sejam de todos os nossos movimentos para dentro dessa obra que é tão esperada que é a da Terra Prometida.

No mais, agradeço a Deus, novamente, parabenizando, principalmente, o pessoal dos movimentos populares e as pessoas que estão aqui nesta noite, com garra e com esperança, porque isso tem que sair do papel. Está na hora de sair do papel. Falar e ouvir é bonito, prometer é bonito, mas, também, estamos criando um Fórum na comunidade para que seja feita a cobrança de todas essas obras, fora as obras da PPP, temos outras também que estão sendo encaminhadas em Heliópolis. Então, façam jus a luta de todos.

Agradeço a presença de todos e, novamente, a oportunidade de estar aqui contigo.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – O Sr. Maksuel

O SR. MAKSUEL JOSÉ COSTA – Boa noite a todos e a todas. Grande satisfação ver a Casa cheia, lotada, quero agradecer demais ao Vereador José Police Neto, uma grande salva de palmas a ele, por favor.

- Salva de Palmas.

O SR. MAKSUEL JOSÉ COSTA – Nosso Secretário Municipal de Habitação, como dizia Zagalo, fomos surpreendidos, novamente, finalmente, agora tem uma pessoa na cadeira que faz jus a ela, que debate, discute, cria a pré-conferência de habitação, que vem a Casa para discutir os recursos que estão parados, principalmente, os recursos do Fundurb. Vai ser de grande valia e um prazer estar com o movimento amanhã, com o Prefeito da Cidade de São Paulo e você, temos um ônibus mobilizado. Amanhã, às 7h, na sede do movimento, para que a gente possa lotar a Prefeitura de São Paulo. Nesses dias nós lotamos também, estávamos

junto com você, para liberação de áreas, de terrenos, liberação de IPTU para unidades habitacionais de Interesse Social na Cidade. Levamos alguns militantes do movimento, mas amanhã estaremos em peso, porque 400 milhões para a habitação, nesse momento que o país está passando, João, não é para qualquer um ministrar essa conquista para os movimentos de luta por moradia na cidade de São Paulo.

Então, uma grande salva de palmas para o João, por favor. (Palmas)

Grande salva de palmas para o Eduardo Debrassi, Secretário-Adjunto, para o Manuel, da Urnas; o João Eudes, do Núcleo Maio; o Sinésio, da Cohab; o Marcelo, meu padrinho; para o Tonhão, por favor se levante, do Muhab; meu presidente do Muhab, André está aí também firme e forte. Estamos na luta porque a gente sempre fala no movimento que “quem não luta...”

- Manifestações no recinto.

O SR. MAKSUEL JOSÉ COSTA – Estamos ainda vivos, 12 anos de luta do Movimento Sem-Teto do Ipiranga para constituir, conquistar o direito da moradia no Ipiranga, Heliópolis. Quem paga aluguel aqui? Levantem a mão. Está aí, Secretário, está aí. Quem recebe bolsa aluguel? Levantem a mão.

(NÃO IDENTIFICADO) – Eu esqueci, eu também pago aluguel. Você sabe que a minha casa é lá na quadra.

O SR. MAKSUEL JOSÉ COSTA – Verdade.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Nós esquecemos de contar para vocês que eu e o Secretário também pagamos aluguel.

(NÃO IDENTIFICADO) – Eu pago, infelizmente.

O SR. MAKSUEL JOSÉ COSTA – Calma aí, gente. Vamos entrar aqui e depois, quando abrirem as inscrições, a gente vai ter oportunidade de colocar para o Secretário o que a gente pensa. Mas, é importante ouvir o que tenho para falar. Então, novamente, quem paga aluguel aí, por favor? Eu vou começar a falar um valor e vocês vão abaixando a mão. Levantem a mão, continuem com a mão levantada. Segura um pouquinho, é exercício MSTI,

academia Câmara Municipal. Quem paga 500 reais de aluguel? Abaixa a mão. Quem paga 600 de aluguel? Abaixa mão. Quem paga 700? Quem paga 800? Quem paga 900 de aluguel? Quem paga 1.000 de aluguel? Quem paga 1.100 de aluguel? David, você nem conta, abaixa a mão. O David é o presidente do MSTI. Vocês pagam mais, não é? Não vou nem falar.

Então, Secretário, para vocês verem que no Movimento dos Sem-Teto do Ipiranga e na cidade de São Paulo tem possibilidade sim de os militantes do movimento pagarem por aquilo que é dele. Os militantes não estão pedindo favor, não querem abraçinho, beijinho, carinho, eles querem o direito à moradia constituído. E eles querem pagar por esse direito, é isso ou não é, gente?

- Manifestações no recinto.

O SR. MAKSUEL JOSÉ COSTA – O MSTI não é o dono do terreno da Petrobrás, somos lutadores pelo terreno da Petrobrás. Essa luta não começou no MSTI, essa luta vem de antes. Tem outras associações que também lutaram pelo terreno da Petrobrás e a gente respeita, para deixar bem claro, a autonomia, a liberdade e cada movimento que está representado aqui na Mesa.

Mas, é indiscutível falar que o Movimento dos Sem-Teto do Ipiranga não está diariamente na luta para a conquista do terreno da Petrobrás. É indiscutível essa situação. (Palmas) Não só para o terreno da Petrobrás, mas para o terreno da Estrada das Lágrimas, o terreno da Sabesp, porque nós começamos esse projeto, não é Manuel, Marcelo? Em 2003, não foi nem agora, o terreno da Cemap. Estivemos lá, e hoje o Governador do Estado de São Paulo, João Doria, quem lembra quando o Governador foi lá? Era Prefeito na época. Quem lembra? Do movimento. Na inauguração da quadra, por emenda parlamentar do nobre Vereador Police, conseguimos realizar o sonho do Residencial Comandante Taylor, que era até a quadra do Centro Poliesportivo do MSTI. Lembro-me muito bem que o Doria subiu em cima de uma caixa de som e falou: “Eu não sou do PT. Quando eu falo, eu cumpro a minha palavra”.

Na época, o Presidente da Cohab era o Edson Aparecido. Ele olhava para o Edson e carinhosamente o chamava de Edsinho. “Edsinho, você vai construir as unidades”, “Edsinho,

vai ter que ter geladeira”, “Edsinho, vai ter que ter fogão”, “Edsinho, vai ter que ter chuveiro elétrico”. Quem lembra disso? Isso foi em março de 2017. Estamos em outubro de 2019 e ainda não vimos, João, o sonho do terreno da Cemap ser constituído.

Eu, particularmente, depois da minha cirurgia, onde quase vim a óbito, mas graças a Deus, Deus me levantou, pois estava no hospital e não conseguia levantar o braço, porque se Ele tivesse levantado o braço teria puxado. Então, eu não consegui e Ele não puxou. Estou seguindo o Governador de São Paulo, não para xingar, como fizeram há 15 dias em Taubaté, não para humilhar, não para colocar o meu conceito ou escrever uma carta aberta, mas só como forma de indignação, de olhar olho no olho para uma pessoa que olhou para os militantes do Movimento Sem-Teto do Ipiranga e prometeu que iria construir unidades habitacionais de Interesse Social no terreno da Cemap, que são 584.

Quanto ao terreno da Petrobrás não precisa nem falar. A primeira vez que o Doria e o Bruno falaram em PPP, falou-se no terreno da Petrobrás, “estou com a ideia de lançar uma PPP”, foi no terreno da Petrobrás; “estamos lançando um edital”, foi no terreno da Petrobrás; “estamos assinando o contrato”, foi no terreno da Petrobrás e foi com os militantes do Movimento Sem-Teto do Ipiranga.

Então, hoje, aqui, para não me alongar, tenho algumas páginas para ler. Vou entregar uma para o Police, que é representante da comissão, uma para o Secretário e deixar uma na Casa.

“Do direito que se invoca para a presente demanda de contemplação da moradia em PPP – Parceria Público Privada -, o MSTI – Movimento dos Sem-Teto do Ipiranga – vem à Presidência dessa audiência, para que sejam tomadas medidas administrativas de proteção para a garantia dos direitos, no que segue.

De início, tragamos a presente petição, que expressa na nossa Constituição Federal, acerca do direito de moradia; art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção, a maternidade, a infância, a assistência dos desamparados na forma desta

Constituição.

Desse modo, incorporo o texto constitucional à Emenda 66, de 2000, trazendo o Estatuto de Direito Social, sobretudo dito como fundamental. Sabe-se que o direito à moradia vincula-se o que são chamados de direitos de segunda geração, ou seja, onde trouxe evidências e importância dos direitos sociais com a debocha do estado liberal.

Necessário fazer um aliene entre o que ocorre, quando invocou os direitos sociais e os dias atuais, visto que não houve uma mudança brusca, embora tenha passado praticamente um século, nítido o direito de moradia nenhuma espécie de direito social. Entretanto, consagrado da nossa Constituição Federal, tem sua efetivação da minoria da venosa que, quer seja a falta de políticas públicas habitacionais, quer seja por falta de vontade dos nossos gestores em ampliar e qualificar as questões ali sentidas.

Afirma-se de maneira categórica, diante do crescente número de pessoas de famílias no déficit habitacional em todo o Brasil, sobretudo do nosso Município, constatando que as políticas implantadas encontram-se na contramão do que se espera na busca acessível por moradia digna.

Além de tudo, o direito de moradia também é um braço do princípio da dignidade da pessoa humana, pois dar uma moradia digna é o mínimo da dignidade das pessoas. Por fim, com base em tudo o que foi dito e redito acima, o MSTI, movimento que representa todas as famílias de maneira legítima e convicta a sua serenidade e seriedade, desses órgãos desconcentrados, vem requerer o quando estabelecido nesse processo administrativo, pedido que sejam as famílias aclassadas por todos os pedidos expostos.

O requerimento exposto, tendo como base o reconhecimento dos representantes públicos, Prefeitos, Governador da atual gestão e de gestões passadas, o MSTI sempre preservou pela manutenção de cuidados da área, protegendo-a para que os representantes públicos nas três esferas de Governo pudessem tomar atitudes para a construção de unidades habitacionais de Interesse Social, fato que no dia 18 de maio de 2019 foi consumado com assinatura do contrato que dá início ao processo de construção de unidades habitacionais em

PPP – Parceria Público Privada Heliópolis.

Sendo assim, gostaríamos que sejam respeitados os pedidos abaixo: 1 – sejam todas as famílias participantes dos movimentos, sejam qualificadas pelo Município, reconhecida publicamente para se tornarem aptas a ser contempladas com unidades habitacionais em PPP – Parceria Público Privada”. Assina o Presidente do MSTI, David Carlos Silva Garcia.

Uma salva de palmas e muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradecer as palavras das lideranças, agradecer a palavra do nosso Secretário, da Cohab, nós já temos inscrições. Vou começar a chamar as inscrições e como já falei, faremos uma mescla entre a fala de vocês e a fala dos Secretários. O Maks acabou de apresentar uma carta que eu sugiro que deixe uma na presidência, uma na Cohab, uma com o nosso secretário. Acho fundamental esses procedimentos, mas já vou chamar o primeiro inscrito, membro do Conselho Estadual de Habitação, Coordenador Geral do Muhab, Tonhão.

Tonhão, tem a palavra, muito obrigado pela presença, transmita os nossos abraços a todos os membros do Muhab.

O SR. ANTONIO PEDRO DE SOUZA (TONHÃO) – Boa noite a todos os companheiros e companheiras do MSTI, que lotam esse espaço no oitavo andar, mas também lotam lá embaixo, aquele espaço no térreo desta Casa. Lembrar que o Muhab foi fundado nesta Casa, neste mesmo ambiente, em 2013, onde constituímos essa primeira coordenação.

Eu, como coordenador geral do Muhab e o Maksuel, que inclusive é nosso coordenador adjunto, a segunda figura da nossa articulação dos vários movimentos de moradia de São Paulo estamos juntos nessa luta. É solidário a essa luta desde sempre, quando o MSTI conseguiu aquele terreno e começou a lutar para que ali concretizasse o sonho de centenas de famílias. Vivemos um momento, infelizmente, no nosso país, onde a educação e praticamente todas as políticas públicas têm sido relegadas a terceiro e quarto planos. Basta ver os cortes no orçamento que foram feitos pelo Governo Federal, no Minha Casa Minha Vida, que caiu praticamente pela metade, 4,8 bilhões em 2019. Para 2020, a previsão é de 2,7 bilhões. É o

menor orçamento da história para a habitação. Aqui no Estado de São Paulo, já foi mencionado, com o Governador Doria, o corte foi mais drástico ainda. Cortou 56% do orçamento para a habitação.

Então, a gente entende que a situação vai se tornando cada vez mais calamitosa. Basta a gente ver o número de irmãos nossos vivendo nas ruas. O número de famílias em situação de rua que hoje vemos em praças e sob pontes e viadutos é por conta da crise econômica por que passa o País, do alto preço dos alugueis e da falta de política de habitação. Nesse sentido, acho importante diferenciar o que o município de São Paulo tem feito. Apesar da crise e tudo o mais, o João Farias vem tentando criar alternativas para que a gente possa produzir habitação em São Paulo. Foi uma grata. Estivemos com ele na reunião, na véspera do dia em que ele aprovaria aqui na Câmara Municipal o aumento do programa Casa Paulistana, que naquele momento era de 20 mil reais, ampliando para até 120 mil reais. (Palmas) Isso demonstra que, apesar de tudo, tem sido feito um grande esforço nesse sentido.

Amanhã será anunciado um novo programa de habitação para a cidade de São Paulo. Esperamos que esse novo programa contemple também essa PPP de Heliópolis para colocar de pé esse projeto tão esperado pela população de lá. (Palmas) Então, contem conosco, Maksuel. A luta do MSTI é a nossa luta.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Tonhão. Tem a palavra o Sr. André Araújo, Conselheiro Municipal de Habitação e também Coordenador do MUHab.

O SR. ANDRÉ ARAÚJO – Boa noite a todos e a todas, a todos os guerreiros do Ipiranga. É um grande prazer estar nesta grande audiência pública.

Saúdo o nobre Vereador José Police Neto, grande lutador da causa; o nosso grande amigo Maksuel, grande lutador e guerreiro; o nosso amigo José Marcelo, nosso colega do Conselho Municipal de Habitação, e os demais membros da Mesa: o Secretário Municipal de Habitação, tanto o titular da pasta como o Adjunto, que está aqui representado.

A nossa preocupação, Sinésio – você, que representa a Cohab -, é a definição dos critérios, principalmente para as famílias classificadas como faixa 1. Que esses critérios sejam

definidos. Nós que estamos no Conselho Municipal de Habitação lutamos pela definição dos critérios de atendimento dessas famílias classificadas como faixa 1 – no caso do Município de São Paulo, HS1. Temos essa questão. E por quê? Porque no edital está dito o seguinte: o Município “poderá” atender. Então, o que nós que estamos no Conselho Municipal de Habitação reivindicamos – e foi tema dessa pré-Conferência em que o Maksuel tão bem representou a região Sudeste, no Parque Bristol – é essa questão.

Outra questão também é a condominial. Sabemos do arrocho por que passa o País, com essa infeliz política do Paulo Guedes - que é admirador do Chile, cuja situação estamos vendo agora, de caos econômico. Por isso, estamos preocupados com a questão do condomínio. Vamos colocar pessoas com renda de 1 salário mínimo e com renda até 20 salários mínimos pagando o mesmo condomínio. Sabemos que estamos em uma época de subemprego.

Há também a questão do valor da unidade habitacional, sempre preocupante. Nos 6 editais que foram licitados – faltam mais 6, há a questão do valor da unidade. Quanto sairá cada unidade? Sabemos que há esse problema nos editais.

Todas essas questões, Sinésio, peço que você as venha esclarecer aqui, porque os critérios têm que ser bem definidos. O companheiro Maksuel vem lutando, de longa data, pelo que é de direito. Não queremos oportunistas, que hoje nem querem discutir a PPP. É por isso que eu parabeno o Maksuel, porque há muito movimento que quer criticar, jogar pedras, mas não discutir. Queremos discutir, sim, para que o programa possa atender o maior número de pessoas, principalmente as da faixa 1. Muito obrigado, e vocês estão de parabéns. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Como combinei com vocês, trago de volta para a Mesa algumas brevíssimas reflexões. Acho muito importante reconhecer e fazer algumas breves validações. O Secretário João Farias anunciou 3 questões que me parecem fundamentais de serem bem entendidas por todos.

A primeira se dá por uma alteração legal. Temos uma nova lei na Cidade que definiu novos parâmetros de investimento por unidade, para o Casa Paulistana. Essa é uma

mudança significativa, porque tínhamos um valor teto de 20 mil reais e passamos a ter um valor teto de 120 mil reais. Devemos observar o esforço feito ao longo dos últimos 15 anos na produção de inovações na cidade de São Paulo, e que também fazer um reconhecimento de uma profissional extremamente competente, que teve uma passagem muito significativa na Secretaria da Educação, a Beth França. Ela conseguiu, durante um período, atrair para dentro da Administração, um conjunto de escritórios de arquitetura e urbanismo que conseguiu desenhar soluções que nem sempre se encaixavam no preço, mas no sonho das famílias.

Quando fizemos a parametrização dos empreendimentos que estavam em curso na cidade de São Paulo ao financiamento novo do Minha Casa Minha Vida, lembro que esse programa não existia quando muitos desses empreendimentos começaram, e não conseguíamos trazer o Minha Casa Minha Vida para financiar esses empreendimentos. Como todo o recurso passou a ser única e exclusivamente do Minha Casa Minha Vida, parte desses empreendimentos tiveram um arrocho significativo nos seus financiamentos, e muitos deles passarão a ter, quem sabe, o fim das suas obras por conta dessas alterações da legislação. Estamos falando de obras que estão em canteiro há 8 anos, 7 anos, 9 anos, 10 anos, e são projetos que foram debatidos à exaustão com a sociedade, alguns dos quais sendo reconhecidos internacionalmente, mas que ainda não tiveram conclusão de obras na cidade de São Paulo.

Falo isso porque o Secretário começou aqui falando exatamente desse esforço que o Prefeito faz. Uma lei não é alterada na Casa se não há esforço do Prefeito. Então, esse é um primeiro elemento para ficar muito claro para nós. Hoje a Cidade dispõe de uma legislação que permite colocar até 120 mil reais. A questão não é a autorização para colocar 120 mil reais, mas também saber de onde vêm esses recursos. Senão, criamos um problema maior. Geramos uma expectativa de gastar mais dinheiro, mas não temos dinheiro nenhum para gastar. Aí, vou dizer, Secretário: o senhor não deveria ter feito essa alteração, não, porque só aumentou a pressão sobre o senhor. Mas, na consequência dela, a Câmara Municipal discutiu uma possibilidade de alargar a forma de uso de recursos de Fundo que estavam concentrados

só na compra de terrenos.

Entre 2013 e 2014, eu talvez tenha sido uma das vozes solitárias em defender que os recursos do Fundurb deveriam ser investidos em terra, mas também em projeto, em construção. Por quê? Porque em 2010, aprovei nesta Casa a legislação que dava cumprimento à função social da propriedade. Eu sabia, desde aquela época, que muito da terra teria que estar disponível à construção de unidades habitacionais não só pelo setor público, mas essencialmente pelo setor privado, aquelas marcadas por ZEIS. O esforço feito pela sociedade, em especial pelos movimentos populares, não saíam do papel porque não tínhamos instrumento de pressão nenhuma em cima do retentor especulativo; depois disso, passaríamos a ter de fato uma pressão em cima deles.

A gente tinha a legislação de 2010 e passamos a ter em 2013, por conta da reforma administrativa que o Prefeito Haddad mandou para esta Câmara, e consegui aprovar a emenda que criou o Departamento de Controle da Função Social da Propriedade. Portanto, a gente passou a ter o departamento que controla a aplicação das penalidades daqueles que retêm especulativamente as áreas. E quais são essas áreas? As ZEIS.

O destino o objetivo das ZEIS é construção de unidades habitacionais para a população de menor renda. Portanto, a esses que a gente tem que impor regras severas para o cumprimento da função, porque aquela terra, embora sendo privada, tem função pública para a Cidade.

Hoje a cidade de São Paulo tem mais de 4 milhões de m² notificados, mais de 1.300 imóveis notificados; e mais de 250 projetos apresentados e imóveis que foram notificados. Aliás, o que é mais importante é projeto apresentado e projeto em construção em terreno notificado, não é arrecadar mais dinheiro, até porque o interesse aqui não é arrecadar dinheiro, mas que as unidades habitacionais sejam construídas, e naquela fração em que a gente tem um volume exclusivo para HIS faixa 01. Essa é a questão fundamental de aplicação da lei.

Então, como eu sabia, de antemão, que a gente conseguiria terra para construir

HIS, a gente não precisava reservar 30% exclusivamente para a compra de terra; e acertadamente o debate aqui na Casa caminhou para um ajuste na aplicação dos recursos.

Esses dois temas tratados pelo Secretário João Farias são fundamentais para a gente entender a solução, porque nós também somos o todo desse problema. Muitos outros terão soluções similares às nossas, portanto a gente não está aqui lutando só pela habitação do Heliópolis, mas para a Cidade inteira.

Quando a gente fala de critérios objetivos para a definição de demanda, não é porque a gente quer isso só para a gente, e sim para todas as unidades. O Secretário falou algo mais importante ainda, por isso eu fico muito feliz com ele anunciar publicamente. Se é verdade que a gente sabe que tem mais gente querendo casa para morar do que casa disponível, a gente não precisa esconder quem vai ser a futura família moradora de cada casa que será construída. E o Secretário acabou de anunciar que essa vai ser uma política de governo, não vai ser só a vontade dele, nem só a vontade do Prefeito Bruno, nem só o meu desejo, nem do Maksuel Costa, ou de todos vocês, como a gente fala sempre.

A partir de agora – e estou entendendo que o Sr. Prefeito deve anunciar parte disso amanhã -, ninguém, quando uma obra começa a ser construída, terá dúvida de quem vai morar lá. Se a gente precisa, muitas vezes, do crédito da família, em especial, naquilo que são os mecanismos de financiamento federal, eu preciso saber qual é a família que está habilitada para quem vai construir receber o financiamento; a família ajuda a gente a validar um financiamento, portanto vocês ajudam a gente a validar o financiamento.

Não é diferente do que a gente vai tentar fazer na PPP, onde parte das famílias serão parte das garantias que a gente tem gente para pagar o imóvel depois que ele estiver construído, e o Maksuel falou muito bem: ninguém nunca pediu nada de graça aqui. A gente quer uma oportunidade de conseguir ir para uma unidade habitacional, sem precisar pagar duas simultaneamente, porque normalmente quando a gente vai atrás de uma casa pelo sistema financeiro da habitação, a gente tem que pagar a entrada – e a gente não tem dinheiro para isso – e a gente tem que pagar a construção enquanto o imóvel não está pronto. Então eu

tenho que pagar o aluguel, eu tenho que pagar a entrada e eu tenho que pagar as mensalidades até ficar pronto o empreendimento; aí eu não aguento. Essa que é verdade.

O que a gente está buscando é essa diferença que faz o acesso para a gente e o acesso para outros. Por isso que se falou muito aqui em faixa 01, porque são pessoas que não têm renda para dar de entrada e não têm renda para pagar o aluguel, mais o que a construtora, via sistema financeiro da habitação, acaba cobrando das famílias para poderem ter acesso a essa moradia: ou faixa 1,5 ou faixa 2, ou o próprio Minha Casa, Minha Vida.

Então, o esforço que a gente está fazendo é: como construir políticas públicas consistentes para aqueles que têm menor renda? E dar acesso a essas famílias. Eu trago esses questionamentos para o Sinésio e para o Secretário nos ajudarem na reflexão de quem veio nos visitar, portanto, a população que veio à Câmara buscar respostas.

A primeira questão é: Sinésio, existe disposição da Cohab para escrever esses critérios, à medida que o Secretário já anuncia que o Prefeito deseja que todos os futuros moradores de programas habitacionais da cidade de São Paulo estejam decididos antes do início das obras; portanto, a gente está exatamente no tempo adequado para tomar essas decisões, a partir de critérios absolutamente objetivos: a origem das famílias, onde elas trabalham, onde formaram as suas famílias e onde os seus filhos estão estudando.

Portanto, não tendo que fazer um gigantesco investimento social para as novas famílias que chegarão ao território onde já têm suas vidas. A gente precisa também entender dos custos acessórios quando eu importo a população para um território estranho àquelas famílias. Se levo famílias de outro lugar da Cidade para o Heliópolis, por exemplo, essas serão novas famílias para os postos de saúde, serão novas famílias para a política de educação localmente.

E quando a gente faz um arranjo naquele território pegando a família que já estão ali, a gente não precisa inventar demanda, porque a demanda está ali no território. Mais do que isso, ela está organizada por movimentos populares. A gente utiliza a organização da sociedade para nos ajudar. Acho isso um elemento fundamental.

Então, a primeira questão: Temos disposição para isso, já que o Secretário já anunciou uma mudança comportamento de decisão de demanda? Estão falando que antes da obra ser iniciada, ou na fase de obra ser iniciada, ou na fase de decisão de projeto, a gente vai ter as famílias para ajudarem inclusive no programa de necessidades. Vejam como é importante isso. Imaginem as famílias que vão morar nas unidades poderem dialogar com os projetistas? Qual o programa de necessidades que aquelas famílias têm para aquelas unidades?

Portanto, estamos falando de edifícios mais eficientes, de condomínios mais baratos. Estamos falando de gestão social para esses condomínios, a partir dos movimentos populares de moradia. Estamos criando uma nova fórmula de definição de critério de demanda para uma nova política habitacional chamada PPP de habitação.

Faço esse endereçamento, Sinésio, que é muito importante, porque talvez seja a principal resposta que os militantes do MST e as lideranças que estão na Mesa mais esperem da gente. Qual a fórmula que vocês vão montar? Tem que ser uma forma que seja resistente aos questionamentos do Ministério Público, sem dúvida nenhuma; e tem que ser uma forma que tenha algum grau de validação social. Caso contrário, de que vale toda a sociedade fazer movimento social para resolver problemas da Cidade?

Também pergunto para o nosso Secretário o quanto esse novo recurso que a política de habitação a Cidade de passa a ter para projeto e para execução de obras vai dialogar, ou não, com as PPPs?

Senti tanto na fala do dia de hoje, como na fala da semana anterior, você sendo muito assertivo em dizer “Nós vamos tratar exclusivamente do faixa 01”. Mas se a gente quiser ter mais faixa 01 nessa PPP? Se a gente quiser ter, quem sabe, inteiro de faixa 01?

A gente pode tentar buscar financiamento via este fundo, já que a gente já tem um processo estruturado? O quanto estas unidades que podem ser construídas junto a PPP, quanto mais elas forem de faixa 01, poderão também se habilitar para ir buscar recurso no fundo que, amanhã, passa a ser um fundo também realizador, e não só banco de terra? Até

porque, se tem um processo estruturado, um conjunto de construtoras já habilitadas, a gente pode imaginar se ela tomar uma decisão de fazer 100% faixa 01 ela pode falar: “Eu vou fazer 100% faixa 01, posso também me habilitar aí?”

Estou tentando trazer um conjunto de respostas para a população que vem do Heliópolis, vem com um sonho das 3.500 unidades serem realizadas o quanto antes.

Sinésio, nós já temos algum calendário, algum cronograma? Em que tempo que essa terra será comprada pelo Município? A gente escuta isso há pelo menos cinco, seis anos. Eu escutei de três Prefeitos que iriam comprar aquela terra. Escutei do Prefeito Haddad, publicamente, lá na terra; escutei do Prefeito Doria; e escutei do Prefeito Bruno.

Os três Prefeitos falaram objetivamente que iriam comprar aquela terra por dois fatores: primeiro, que não encontraram na Cidade uma gleba tão grande e tão próxima do Centro, tão bem localizada; e ainda não vi nenhum dos três consolidar aquilo que anunciaram, como sendo essa, talvez, uma das melhores terras de São Paulo, porque ela está dotada de toda estrutura de transporte. Você se desloca alguns metros, está dentro da estação de metrô; se desloca mais alguns metros, está dentro de uma estação do Expresso Tiradentes; e está do lado de uma comunidade absolutamente consolidada, que é o Heliópolis.

Portanto, não estamos falando de 35 km da região central, estamos falando de uma gleba muito bem localizada.

Quero trazer essas duas reflexões que foram feitas com a nossa liderança aqui para devolver a palavra aos nossos representantes do Executivo e a gente começar a construir respostas a esta excelente audiência pública realizada no dia de hoje.

Começo com o Sr. Sinésio e, depois, passo a palavra ao Secretário.

O SR. SINÉSIO APARECIDO DA SILVA – Vereador, quanto ao cronograma da compra do terreno, ele já entrou no processo expropriatório, tem ação; teve um acordo, uma conversa, um pré-acordo com a Petrobras, oferecendo já a parcela indenizatória. Tem uma discussão ainda no processo sobre a questão da descontaminação do terreno, que teria que ficar a cargo do proprietário atual, pois dá para o Município arcar com esse ônus de

descontaminação, trazendo um dano excessivo para a Cidade e para a população da cidade de São Paulo.

Não estão definidas ainda as datas, porque isso está sendo discutido no processo judicial. Está bem adiantado, mas está sendo ainda discutido no processo judicial.

Quanto à definição dos critérios para atendimento das famílias na PPP, um critério que já está especificado no edital é aquele critério que eu falei anteriormente, que é a regionalização. Então, no anexo 07 do edital, no item: 2.3.2, está a previsão de atendimento preferencial das famílias que moram na região, ou que trabalhem na região, têm um vínculo com a região. Então, principalmente no caso de vocês que estão na região de Heliópolis, eu entendo que atende muito bem a situação de vocês.

Critérios adicionais são aqueles critérios já estabelecidos pelo próprio CMH, entrando aqui na discussão também e já respondendo o questionamento do André, são aqueles critérios do CMH: vulnerabilidade social, atendimento a pessoas com algum tipo de deficiência, entre outros critérios.

As faixas de renda são um pouquinho diferenciadas, então quando o concessionário faz a modelagem econômica dele, precisa atender 12 faixas de rendas diferenciadas. Então, aquilo que nós chamamos de faixa 01 no programa do Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal, que são aquelas famílias que têm renda não superior a R\$ 1.800,00, elas estão nas três primeiras faixas de renda dentro da PPP, que obrigatoriamente o concessionário tem que fazer uma modelagem para atendimento a essas famílias, desde que essa família tenha a questão do crédito pré-aprovado, que é uma obrigação dele também, junto ao agente financeiro, trabalhar essa questão da aprovação do crédito.

A gente sabe que numa aprovação de crédito para essas famílias de mais baixa renda, geralmente, o agente financeiro dificulta um pouco, mesmo as pessoas tendo o nome limpo acabam tendo um pouco de dificuldade.

O concessionário tem a obrigação de agir junto ao agente financeiro e tentar resolver a situação, mesmo porque ele tem a obrigação de atender essas famílias que têm

renda de R\$ 950,00 até R\$ 1.800,00. Segue aí para as outras Faixas de renda também. Então ele vai ter de ter uma forma de comercialização diferenciada para cada Faixa de renda estabelecida já no edital.

Parte disso vai do comprometimento da família. Também a família vai ter que, neste processo, trabalhar junto ao concessionário que atua com o agente financeiro para resolver essas questões.

Eu acho que o critério principal agora que é definido, o único critério, há alguns critérios que acabam não permitindo o acesso dessas famílias ao programa. São aqueles critérios já conhecidos: uma família que já foi atendida no programa anterior de uma moradia definitiva, que tem outro imóvel, são essas situações que acabam barrando para que a pessoa não use um programa habitacional para ter outro imóvel.

Regionalização é o primeiro critério, os outros são todos aqueles já definidos pelo próprio FMH. A antiguidade na lista da Cohab, também, está entre essas questões.

Uma questão colocada pelo André é a condominial. Praticamente, todos os prédios terão elevador, que é um ônus excessivo para o condomínio. Nesse período de 20 anos da concessão, ele vai entregar as primeiras unidades com três anos do contrato assinado, então ele tem 17 anos para fazer a manutenção desses equipamentos, e a manutenção de toda parte hidráulica e elétrica condominial. Isso já torna a questão do condomínio um pouco mais acessível a essas famílias. E a gestão condominial conjunta com os moradores, um trabalho conjunto de conscientização para diminuir, de certa forma, o ônus da questão condominial, não acarretando numa situação de ter de arcar com a prestação do apartamento mais o condomínio alto, muitas vezes a pessoa acaba abandonando o apartamento, comercializando ou colocando-o no mercado, porque não consegue pagar. A modelagem da PPP já pensa nisso, tentando diminuir um pouco esse ônus excessivo.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Sinésio. Secretário.

O SR. JOÃO FARIAS - Primeiro, a gente precisa, como diria Jack, o estripador, “vamos por partes”.

É fundamental entender todo esse processo que está sendo construído. Acho o Vereador Police Neto conseguiu construir o cronograma. Qual é a grande vitória? Fundamental e extremamente positivo seria importante o movimento de moradia como um todo ter isso claro. São Paulo não se calou à inércia e ineficiência do Governo Federal, em relação ao Minha Casa, Minha Vida Faixa 1, tomou medidas objetivas para responder a esse problema.

Quais são essas medidas? Aporte de 20 para 120 mil, que é positivo e simbólico, mas não resolveria nada se não conseguisse arrumar dinheiro para esse aporte, como bem pontuou o Vereador Police Neto.

O que nós fizemos? Não só mostramos que queríamos aumentar a nossa capacidade de aporte, mas também fomos até a uma fonte que poderia solucionar esse problema garantindo que tivéssemos recursos.

De que forma? Mudando a Lei do Fundurb que estabelece, até antes da sua alteração, que os recursos para habitação, obrigatórios por lei, que são 30% de tudo o que se arrecada - quando falamos 30% de tudo o que se arrecada, só para dar uma ideia, neste ano o Fundurb ultrapassou a casa de 1 bilhão. Se o Fundurb ultrapassou a casa de 1 bilhão, no mínimo, obrigatoriamente 300 milhões têm de ser gastos com habitação.

Antes a lei dizia que esses 300 milhões só poderiam ser utilizados para comprar terra. Não poderiam ser utilizados, em nenhuma hipótese, por exemplo, para a construção de unidade habitacional, ou qualquer outro tipo de investimento na área habitacional, como a reforma de um conjunto habitacional. Não poderia, em hipótese nenhuma.

Ao mudar a lei que foi a grande vitória que nós tivemos há 15 dias, é importante ressaltar que foi uma vitória unânime, ou seja, teve aprovação de todos os Vereadores presentes em Plenário, com exceção de dois Vereadores que se abstiveram da votação, o Fundurb pode ser utilizado, hoje, para construção de unidade habitacional.

Nós tivemos a nossa primeira vitória que foi aumentar o investimento da Prefeitura de 20 para 120 mil; a segunda vitória foi encontrar a fonte de renda para esse investimento. A terceira vitória, que é fundamental - um compromisso do Prefeito Bruno Covas -,

majoritariamente os recursos do Fundurb que forem para construção de unidade habitacional serão para atender às famílias que não conseguem acessar o crédito Minha Casa, Minha Vida, Faixa 1,5.

Isso significa que a prioridade absoluta é utilizar o recurso para atender aqueles que se enquadram no Faixa 1, do Minha Casa, Minha Vida, hoje, que não têm perspectiva de o Governo Federal aportar dinheiro. (Palmas) Essa é a grande vitória.

A partir dessas três premissas fundamentais, nós estamos construindo um modelo, mas que ainda não está pronto. É possível, por exemplo, que nós possamos eventualmente na discussão do modelo que, inclusive, é importante ressaltar, será feita de forma coletiva e democrática. Nós teremos amanhã, aqui na Câmara, às 15h00, a apresentação preliminar do esqueleto que o Governo está pensando para a utilização desse recurso. Quando digo preliminar é porque não está fechado, vamos ouvir as entidades, pedir sugestões, para depois, os técnicos da Prefeitura, da Secretaria da Habitação, juntamente com o Governo, apresentem um formato objetivo de como vai ser utilizado, a partir do ano que vem.

Nós temos algumas premissas das quais não abrimos mão, que é prioritariamente aportar esses recursos para construir unidades para o público Faixa 1; apresentar demanda, de forma objetiva, no início da construção, ou seja, fez a licitação, a empresa que ganhou vai iniciar obras já vamos conhecer quem vai morar naquelas unidades e a quantidade de unidades.

São premissas que o Prefeito não abre mão, como, por exemplo, também uma parte desses recursos poder atender a demanda de entidades que tinham expectativas de contratualizar com o Governo Federal, através do FDS, hoje, não o fazem porque o FDS não tem dinheiro.

Nessa situação, para dar uma ideia, nós temos um chamamento da Cohab que cedeu mais de cem áreas municipais para que as entidades pudessem ir até o Governo Federal pegar esses recursos para construir. Os chamamentos estão abertos e as áreas estão disponíveis. Em alguns casos as entidades já têm o alvará de construção e o projeto executivo

pronto, mas não têm o dinheiro para iniciar a construção, porque repito - isso é repetitivo -, o Governo Federal não libera mais recursos para construir no FDS, nas características do Faixa 1.

Então a nossa proposta é encontrar caminhos para diminuir essa tensão, sabemos que os movimentos de moradia, os agentes públicos e políticos são estratégicos nisso. São Paulo está fazendo isso, mas não quer acabar com a Minha Casa, Minha Vida Faixa 1. A gente está fazendo isso para dizer para o Governo Federal que é inadmissível que ele deixe de investir recursos para esse setor, porque os municípios sozinhos não têm capacidade de dar resposta para a demanda.

Quando nós fazemos esse programa estamos dizendo para os Vereadores da Câmara Municipal, assim como eles também dizem conosco para o Governo Federal, que São Paulo vai fazer a sua parte. Mas vamos continuar nos mobilizando para que o Governo Federal volte a fazer a parte dele, porque o Minha Casa, Minha Vida não tem cara partidária. Não interessa para nós quem o criou. O que interessa é que ele tem de ser melhorado, readaptado, mas é um programa importante porque atende a uma população que precisa independentemente de quem seja o presidente, o governador e o prefeito. (Palmas) Por isso, o Prefeito Bruno Covas vai investir no ano que vem para esse público.

Para concluir, acho que nós podemos, eventualmente, também utilizar esses recursos para atender o Minha Casa, Minha Vida Faixa 1, na PPP. O próprio edital permite isso. Por exemplo, eu posso utilizar 15% da demanda da PPP para fazer a Cohab agente operadora para aqueles que não tiveram o seu crédito aprovado. É uma possibilidade também.

Não tenha dúvida que se necessário for utilizar essa ferramenta com os recursos que vamos ter agora para garantir o acesso à moradia para a população que está com a PPP, mas tiveram problemas com o nome para aprovação do crédito, nós vamos usar, com certeza.

Espero ter respondido e não ter utilizado muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Perfeitamente. Em especial o que respondeu. Temos mais inscritos. Chicão, onde está o Chicão? (Palmas)

Enquanto o Chicão não chega, vou contar para vocês que acabei de receber as fotos. Preciso contar porque estamos com todos os plenários da Casa cheios. Só para anunciar que quando terminarmos aqui - todos estão acompanhando ao vivo a nossa audiência - nós vamos descer para o auditório externo. (Palmas) Tanto nós que estamos aqui como aqueles que estão nos outros plenários internos.

Aquele plenário que vocês costumam ir, o conhecido Prestes Maia, que chamamos de Plenarinho, está lotado, o de fora está lotado e este aqui também. Devemos estar hoje com cerca de 1.400 pessoas na Casa na somatória de todos os plenários. Assim, todos vamos nos reunir no plenário externo para fazer o encerramento da nossa audiência pública lá.

Portanto, convido o Secretário, também o Sinésio, para terminarmos lá, em manifestação de respeito aos que vieram e não conseguiram vir para cá, porque seguimos as regras do Bombeiro, sabemos o número de pessoas que cabe em cada um desses espaços. Mas em respeito aos que vieram, estão lá fora no frio. Aqui está frio por conta do ar condicionado, mas lá é o vento que pega mesmo. Mas o certo será todos nós descermos, num ambiente maior, para fazermos o encerramento junto com os que não acompanharam presencialmente.

Chicão, a palavra é sua.

O SR. CHICÃO - Boa noite a toda militância, ao meu eterno presidente Maksuel José da Costa, às autoridades da Mesa. Aos representantes e lideranças da nossa comunidade, gostaria de agradecer a vocês pela presença.

Hoje o MSTI mostrou força total. Todas as salas estão lotadas. Lá embaixo no parlamento está lotado, também. (Palmas)

Quero agradecer à GCM que nos ajudou bastante, à Polícia Militar que nos auxiliou muito dentro desta Casa. (Palmas) É o agradecimento que eu faço. Muita educação com a nossa militância e com o nosso povo.

É a nossa luta, como muitos sabem, o Secretário, a diretoria da Cohab, já vem de longos anos. São 12 anos pleiteando essa terra prometida. A gente vê, a cada ano que passa,

uma enxurrada de promessas. Nada se concretiza.

Eu olho aqui 80% dessa nossa plateia são mães de família que têm a mesma função de ser pais de família. Assumem as suas residências, pagando aluguel caro. (Palmas)

Eu sinto muito no meu coração de ver a dor e a luta de cada um. Quando encontramos diariamente com muitos, vemos a nossa esperança não sendo concretizada. A última confirmação que tivemos na Prefeitura, não vou citar o nome porque não está presente a pessoa do Prefeito que passou para o Bruno, prometeu em março que em maio iniciaria as obras. E não é isso o que vemos.

Há uma joia na cidade de São Paulo, um diamante precioso incrustado dentro do Centro de São Paulo. Estamos a oito km do Centro de São Paulo, da Prefeitura, 412 mil metros quadrados de terra preservados. Ao Secretário, a Cohab, eu gostaria de perguntar: será que querem mais uma favela na cidade de São Paulo? Foi citado pelos senhores – com todo o respeito -, temos a terra, temos dinheiro, por que as obras não se iniciam? Qual o motivo?

Não vemos uma máquina dentro do terreno. A Petrobrás arrecadou para seus cofres a renda de toda segurança porque estamos tomando conta do terreno há longos anos. Quem toma conta do terreno é o MSTI, guardando para que não se erga mais uma favela na cidade de São Paulo, com todo o respeito a quem mora em comunidade. Eu morei em comunidade e tenho o maior respeito, gente de bem e trabalhadora, mas não queremos isso e já passou do tempo.

Acredito que hoje a minha pergunta será uma só: quando serão realmente catalogadas no papel as demandas do MSTI, do nosso povo? Palavras se perdem com o tempo e o papel não.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem Chicão. Tem a palavra a Sra. Alvina. Depois a Ivonete, depois o Francisco Nunes e daqui a pouco passamos para o nosso representante da Cohab.

A SRA. ALVINA – Boa noite a todos. Todo mundo fala bonito, eu também vou falar

bonito e vamos confiar no que eu falar porque acho que o que vale é a palavra e falar bonito. Primeiro, tivemos o Haddad. Vocês não se esqueceram do Haddad, que foi o primeiro a ir lá fazer promessas. Depois foi o Doria e assim vai.

Não vou aqui falar de dinheiro e nem de nenhum tipo de programa, porque não adianta, Secretário; não adianta, Mesa, porque serão palavras jogadas ao vento. Aqui estamos lidando com famílias, com pessoas.

Quero mostrar para vocês – conheço todos vocês aqui -, mas vou apresentar só uma família com a qual convivi. Maria, levanta; Alessandra, levanta. Convivi com essas duas pessoas e as conheço há 20 anos. Ela perdeu um filho com 17 anos. Ele sofria de uma doença e por não aguentar se suicidou no Hospital Beneficência Portuguesa, aqui no Paraíso. Ela tem essa filha que é especial. O esposo dela sofre de uma doença chamada depressão. Ela sozinha mantém uma casa. Sozinha põe comida em casa, paga o aluguel. Esse dinheiro que ela paga o aluguel não poderia estar dando uma vida melhor para a filha?

Políticos falam, falam, falam, mas vocês deveriam estar na nossa pele. Eu sou mãe solteira e sou arrimo de família, porque sustento a minha filha. Seria bom vocês se colocarem na nossa pele.

Não vou falar de PPP; não vou falar de programa, por que o Prefeito não fez isso, não fez aquilo. Quero saber o que nós estamos passando por causa de um aluguel que não aguentamos mais pagar.

Fico olhando esse quadro ali. Se vocês virem ali as pessoas, pelas roupas vocês tiram que nenhum era morador aqui do Brasil. Os únicos seriam aqueles que estão nus, que são os verdadeiros donos da terra e estão nus. Nós somos donos da terra. Aquela terra prometida é nossa. Não estamos pedindo nada. Não precisamos implorar uma coisa que é nossa por direito.

Então Mesa; então, Secretário, volte os olhos para a gente. Não estamos pedindo. Queremos uma coisa que é nossa por direito.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Ivonete dos Santos.

A SRA. IVONETE DOS SANTOS – Boa noite a todos. Sou baixinha, mas falo alto. Quero cumprimentar todos da Mesa e falar que todos falaram um pouco do que sentem, um pouco do que passam, mas quero também salientar que o que passou, passou. Quem prometeu e não cumpriu já foi.

Temos que exigir agora de quem está presente que faça alguma coisa. E quero aqui resumir que a PPP saia de fato do papel e não deixe a gente vir aqui outras vezes com expectativa de uma entrada naquele terreno para tomar posse do que é nosso. Como já falamos: não estamos pedindo nada para ninguém. Ali já é nosso, dinheiro nós temos. O que falta? Falta uma ação, mas ação mesmo, não só que fique no papel, mas que saia de fato do papel porque estamos esperando por essa moradia faz muitos anos.

Que a PPP saia do papel. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bom, Ivonete. Francisco Nunes.

O SR. FRANCISCO NUNES – Boa noite a todos, quero cumprimentar a Mesa, parabenizar o Vereador pela iniciativa; nosso grande líder, Maksuel, e cada um de vocês que nesta terça-feira, quase 22h, estão aqui. Olho daqui de cima e vejo várias cabecinhas brancas, podiam estar em casa descansando, mas vieram aqui lutar por seus direitos. É verdade, Vereador, estou desde o início lá embaixo, no Prestes Maia, e têm pessoas sentadas no corredor, quero cumprimentar vocês aí embaixo também. São guerreiros.

Queria ouvir aqui hoje e acho que vocês também queriam ter ouvido, eu ainda não ouvi. É muito bonito ouvir o pessoal falar de dinheiro, de projeto, de terra, de tudo que foi falado, mas eu não ouvi, não sei se vocês ouviram: quando se iniciam as nossas obras.

No mês de maio eu estava no MSTI, vocês estavam lá em número ainda muito maior, quando o Prefeito Bruno Covas, acompanhado do atual Governador João Doria, falou que as obras iniciavam-se em 30 dias. Já se passaram cinco meses e hoje o que ouvi é que parece que o terreno ainda está em processo judicial. Ou seja, ainda não foi concretizado.

Esse povo - Vereador e Secretário - é digno da verdade. Se as obras vão começar

em 2020, que falem a verdade. Não fiquem enganando esse povo. Povo que poderia estar descansando agora, mas estão aqui lutando por direitos. Como foi falado: a terra é nossa.

Será que vamos esperar o Governador voltar lá de novo para dizer que vai iniciar em 30 dias. Anuncia para esse povo a verdade. Vai começar quando?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bom, Francisco. Encerramos as questões e combinamos de encerrar por volta das 21h e as inscrições foram cumpridas, portanto, todos que pediram para falar puderam falar.

Só que precisamos encerrar com respostas e com a agenda do que vamos fazer depois das respostas. Acho que essas são questões fundamentais e para isso quero propor um encerramento tanto para o Sinésio, que representa a Cohab, como para o nosso Secretário, que caminhe em dois sentidos. Um, é que o Sinésio consiga nos dizer quais são esses prazos que todo mundo falou. É lógico que para alguns que assistiram só o processo, mas não estiveram envolvidos com ele desde lá de trás, pode parecer até um pedido exagerado pedir uma data, mas não é, porque 10, 12, 13 anos alimentando um sonho naquela terra é o que reúne muitos até hoje aqui. Em especial porque lá não virou uma favela, porque se tivesse virado uma favela não estaríamos mais juntos.

Portanto, o sonho de ter moradia digna, teto descente foi aquilo que nos reuniu. E não que a favela não tenha sido solução para muita gente, pessoal. Porque para muita gente até hoje a favela foi a solução. E digo isso feliz e infelizmente. Infelizmente porque aí levamos muito mais tempo para corrigir, ali podemos começar a fazer direito desde o começo, por isso nos dedicamos tanto aquela terra. Por isso escutamos tantas pessoas falarem coisas para a gente para depois não acontecer. Mas não perdemos a esperança e continuamos lá como continuamos aqui.

Só que muitos processos nesse tempo foram estruturados e anunciam que estamos cada vez mais próximos da solução. Mas há duas coisas que nos assustam aqui e nelas quero que a gente consiga terminar a reunião e encaminhar a agenda que temos a partir deste

momento. Um: que se consiga endereçar tempos para isso. Se em três anos tem de entregar as primeiras unidades dá para dizer numa conta ao contrário qual o prazo limite para começar uma obra. Se o contrato está dizendo que em três anos tem de entregar, fazemos a conta ao contrário e dizemos o seguinte: em mais dois meses tem de começar a obra senão não entrega em três anos e aí vai ter punição de contrato e vai ficar mais caro ainda para quem vai fazer, porque ele vai ser punido por não ter cumprido o contrato. (Palmas) Então é conseguir dar uma resposta naquilo que já está preto no branco, já está assinado. Então se as empresas assinaram sabe-se, mais ou menos, quando a obra começa. Segundo: é se podemos tirar daqui uma comissão - e aí eu peço a ajuda do Secretário, peço ajuda do Conselho Municipal, do Conselho Estadual, dos militantes - para que avancemos quanto ao critério. Nós temos as suas diretrizes, sabe-se que tem de ser morador do território ou quem trabalha no território, está escrito na legislação, está escrito no próprio edital. Temos também às questões de vulnerabilidade, temos a questão dos deficientes, mas está claro que para começar um programa novo, podemos colocar isso tudo numa regra, validá-la no Conselho Municipal de Habitação e, a partir dela, fazer aquilo que o Secretário falou: a obra começa e já sabemos as famílias que vão morar nessas unidades. Essas são as duas questões que mais nos deixam assustados. Queremos que a obra comece logo, mas não que comece logo para morar outro que não a gente! (Palmas) Também não adianta fazer uma pauta incompleta! Começa a obra amanhã sem eu saber se a minha família vai para lá. Aí eu vou dizer o seguinte: prefiro que a obra comece quando eu tenha certeza de que as minhas famílias vão estar lá. Caso contrário, podemos ser, mais uma vez, punidos pelo processo, e eu não quero ser punido nem passado para trás.

O SR. MAKSUEL JOSÉ COSTA - Desculpe-me, Police, mas não dá para ser punido, Secretário, como fomos pela Sabesp, como vamos ser na Estrada das Lágrimas, não dá para ser punido. O Haddad, no final da sua gestação, pegou a lista colocou lá no Ministério Público. Estava alguma família do movimento lá? Estava alguma família lá?

- Os presentes respondem: "não".

O SR. MAKSUEL JOSÉ COSTA – Quem daqui está recebendo Bolsa Aluguel? Eu fui Conselheiro Municipal de Habitação por duas vezes, Estou mentindo, Sueli? Cortei na carne, e o Secretário sabe disso. O Secretário hoje tem noção disso, nós conversamos. E, justamente, pesquisou, foi a fundo, falou com seus técnicos. O Emerson está aqui presente, está lá atrás, vai lá ver o que está acontecendo. O que está acontecendo? Não dá, Marcelo e Manuel, para a nossa demanda ser mais uma vez enganada. Tonhão, não dá mais para ser enganada. Tem que agir para nós com Justiça. Se lá é a Justiça, eu não tenho medo de Ministério Público, eu não tenho medo de juiz, eu não tenho medo de ninguém!

- Manifestação dos presentes.

O SR. MAKSUEL JOSÉ COSTA – Se for juiz que está protelando, que está segurando, nós vamos lá no juiz, vamos falar com o juiz. Se for Ministério Público, eu vou lá no Ministério Público! É isso ou não é?

- Os presentes respondem “é”.

O SR. MAKSUEL JOSÉ COSTA – Se é a Petrobras, a Edna da Petrobras, nós vamos na Petrobras ou não vamos?

- Os presentes respondem “vamos”.

O SR. MAKSUEL JOSÉ COSTA – Agora não dá mais! Vamos pra Brasília, já fomos e vamos de novo. Não justifica entrar PSL, o Bolsonaro, e cortar o direito do povo, que é o direito à moradia, é cláusula pétrea da Constituição. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Para fechar a audiência porque uma audiência pública que a gente sai sem resposta, é a pior audiência que existe, em vez de alimentar a nossa luta, alimentamos a desesperança. Então temos de sair daqui com dois compromissos: das pessoas que nos apoiam no setor público, Executivo, e deles que apoiam o que a gente faz aqui. Essa é uma questão fundamental. E também a confiança nos técnicos que dão suporte ao trabalho deles. Do que nós precisamos? Precisamos saber exatamente aquilo que a Cohab enxerga quanto aos prazos, falamos muito dos prazos. E mesmo que aja uma diferença de dias, de semanas, nós precisamos começar a nos organizar. E nós

precisamos tirar - e eu me coloco à disposição para esse grupo de trabalho - rapidamente aquilo que está no edital, aquilo que está nas legislações, aquilo que está no arcabouço jurídico daquilo que garante financiamento para os empreendedores privados, para conseguirmos construir essa regra para que seja absolutamente resistente aquilo que o Maks falou: eu não tenho medo do Ministério Público, não vou fazer nada de errado, eu não tenho medo da Justiça, não vou fazer nada errado. Aqui estamos perseguindo a justiça, a correção, fazer do jeito certo. Portanto, quando você quer fazer do jeito certo, é muito mais fácil, você não precisa temer ninguém. Então eu preciso – tanto do nosso Secretário quanto do Sinésio - que tenhamos essa agenda, daqui para frente. Precisamos de ajuda do movimento para dialogarmos com o Judiciário, que é responsável por uma decisão necessária no processo de desapropriação. Está precisando de um pouquinho de calor lá na Petrobras, nós fizemos isso diversas vezes, não foram nem uma nem duas nem três. Mas é preciso que tenhamos muita objetividade nesses prazos, que nós participemos durante 30 dias, 35 dias, 25 dias, três semanas, duas semanas do ambiente que vai decidir o modelo de critério para a PPP. A partir daí todos os movimentos que estão no entorno, e eu estou falando dos seis lotes, porque quando vou visitar o Bispo, vemos o desespero das pessoas que estão lá, eu vou visitar o pessoal da Vila Leopoldina, é um desespero dos movimentos para saber quem vai morar lá. Então é responsabilidade nossa, do setor público que deixemos claro o critério porque assim há redução de atrito e reduz a pior disputa: quem é que merece mais estar naquela unidade. Essa é uma questão pra lá do merecimento, é uma questão de Justiça, quem mais lutou, quem mais militou, quem mais guardou a terra, quem mais se encaixa nos critérios de vulnerabilidade, quem tem deficiente na família. Quando isso ficar claro, a população não vai te achar ingrato por seguir os critérios justos. Olhará no teu olho e vai falar: você foi justo, fiquei fora da lista, mas sei que quem está na lista merece mais do que eu, teve mais Justiça do que eu. Se nós não soubermos fazer isso, vamos errar sempre.

Então eu preciso que a gente consiga sair daqui com esse endereçamento, quem sabe com um grupo de trabalho para definir os critérios da PPP. Aí é muito importante porque

são critérios de demanda, já que só as diretrizes estão no edital, e aí é a demanda nossa, lógico. Não quero dizer da demanda daquele que é o agente executivo, privado, que vai buscar a sua demanda para complementar aquilo que fez em seu ambiente de negócios, mas da demanda daquele em que está em nossa família, aí nós devemos participar.

Então para o nosso encerramento, as nossas duas principais autoridades, a Cohab e a nossa Secretaria de Habitação, que possamos concluir com as suas falas. Daí volta pra mim, vou pedir autorização para o Maks - os dois falam - e você faz o fechamento porque a audiência foi chamada a seu pedido. Esta audiência mobilizou o pedido de outras cinco audiências pública para cada um dos outros lotes. Inclusive a audiência lá do Bispo vai ser na Casa de Cultura que tem lá no território. A decisão do movimento foi trazer esta audiência para cá para poder acomodar todo mundo. Não tinha lugar melhor do que este para as pessoas poderem sentar, para acomodarmos esse mundo de gente que veio pra cá.

Então peço a palavra agora do Secretário, depois do Sinésio, depois do Maks a gente desce para fazer o encerramento final. (Pausa) Fechado: então vai ser o Sinésio, depois o Secretário, depois o Maks, depois descer para o encerramento.

O SR. SINÉSIO APARECIDO DA SILVA – Vou ser bem rápido, conciso na resposta. Tanto o Chicão, a Ivonete e o Francisco, sempre caem na mesma questão: o prazo. O prazo é aquela questão que o Vereador colocou: são três anos para entrega das primeiras unidades. Ao fazer essa conta ao contrário, nós estamos hoje na etapa preliminar, que é a etapa de modelagem dos prédios que vão ser executados, não tem ainda projeto definitivo. A equipe das concessionárias junto com a equipe dos técnicos, fazem análise da situação, do projeto futuro para a região, e aí a concessionária tem prazo de até um ano e meio para o licenciamento dessa obra. É lógico que é mais interessante para a concessionária, à concessionária só passa a receber as unidades habitacionais no momento da entrega das unidades Então ela tende a antecipar esse prazo para começar entregar a unidade habitacional e receber também a contraprestação que ela tem direito, e só vai receber quando entregar essas unidades. O prazo é fazer essa conta ao contrário. Desses três anos para entrega das

primeiras unidades, teríamos obras efetivamente de edificação entre o final do ano que vem e o meio do outro ano, seria o início das obras. Anterior a isso começa o trabalho de descontaminação, obra de descontaminação do terreno, que é fator muito importante. Não adianta fazer uma habitação num terreno em que há gás lá embaixo do solo, coisa que pode trazer problema futuro. A conta é essa: são três anos para cá, a conta é inversa. Neste momento está na etapa preliminar, que acaba agora no dia 12 de dezembro.

Respondendo a questão pontual da Ivonete, a PPP é uma realidade, já tem o contrato assinado, o contrato está assinado com a concessionária, já há compromisso da COHAB e do Município para execução do projeto. Então é o que você colocou: falta sair do papel. No papel está e está assinado, o que já é um grande passo para contratação do empreendimento.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Secretário.

O SR. JOÃO FARIAS – Quería, para terminar, resgatar um pouco algumas conversas que tive com o Maksuel, logo que nos conhecemos. Diga-se de passagem, desde a primeira reunião, nós já brigamos. Eu tenho uma dificuldade danada de falar o que as pessoas querem ouvir se eu não tiver certeza absoluta que estou falando algo que vai ser cumprido. Então quem se relaciona comigo acostumou, ouvi muito de mim que eu não tenho nenhuma dificuldade de falar um “não” verdadeiro do que um “sim” mentiroso.

Então para responder em relação à pergunta do Chicão, em nenhum momento eu menti ou deixei de falar a verdade. Se eu soubesse o dia que vai começar a obra, a primeira coisa que faria era anunciar o início da obra. Eu sei que seria aplaudido de pé! Se eu soubesse quando vão entregar as unidades, eu já ia começar dizendo o dia que iam entregar às unidades porque seria aplaudido de pé. Sei que é tudo que vocês querem ouvir. Mas o que eu posso falar para vocês, e falo de coração, de verdade, é que tudo que eu puder fazer para que vocês possam ter a certeza absoluta que vão morar no terreno da Petrobras, que a obra vai começar o mais rápido possível, eu vou fazer. Quem me conhece sabe disso!

- Aplausos.

O SR. JOÃO FARIAS - Assim como vocês, ninguém está aqui até às 21h15min brincando, vocês também não estão. Todo mundo trabalhou o dia inteiro e está aqui até agora, vai chegar tarde para caramba em casa, tem que acordar cedo amanhã.

Quero dizer a vocês - o Maksuel sabe disso -, nós vamos conviver ainda, se Deus quiser, por muito tempo. Vocês tenham certeza de uma coisa: eu sei que eu não posso fazer tudo que eu quero, mas eu não vou deixar de fazer tudo que eu puder. Eu não consigo sentir o que vocês sentem, não é possível porque é você quem sente, não consigo sentir o que cada um aqui sente, que é o sacrifício, a dificuldade de ter de pagar aluguel, ter de pagar casa. Mas vocês podem ter certeza absoluta de que este Secretário aqui já sentiu muito na pele o que é passar dificuldade na vida.

Eu nasci na periferia de São Paulo num bairro que não tinha asfalto, que não tinha água, que não tinha luz. Eu, com oito anos de idade, vendia sorvete na rua; com 11anos eu era office-boy, saindo lá do Jardim Maria Sampaio, no Campo Limpo, para vir trabalhar aqui na Patriarca. De lá tive de mudar para Piraporinha porque um ente da minha família levou um tiro, e se meu pai e minha mãe não me tirassem daquele bairro, a gente ia morrer. E hoje eu sou Secretário da maior cidade da América Latina! (Palmas)

Se eu não puder usar minha experiência de vida, o que eu passei, para dar o melhor de mim onde eu estou, não teria sentido Deus me dar essa oportunidade. Mas eu não posso prometer para vocês algo que não posso entregar – é isso que eu quero que vocês tenham claro. Mas tenho certeza absoluta, e falo não só em meu nome, falo também em nome do Bruno, porque eu convivo com ele no dia a dia e sei o quanto ele trabalha hoje para fazer uma grande festa com o MSTI, porque a gente reconhece a lisura, o trabalho, a coerência e o quanto vocês são batalhadores; a gente reconhece isso. (Palmas)

Diga-se de passagem, Police, acho que temos de fazer um traço aqui. Eu não estou desrespeitando nenhum movimento, quero que isso fique muito claro, mas o comportamento do MSTI conosco sempre foi de muito diálogo. Vocês poderiam, por exemplo, ter uma relação de conflito, como é a opção de alguns movimentos que, mesmo sabendo que tem diálogo,

preferem o conflito.

Nós levamos isso em consideração, então eu quero assumir um compromisso aqui, Maksuel. Esse eu quero assumir. Eu vou amanhã, ainda, conversar com o Peixe(?), falo aqui como Sinésio. Eu acho que nós temos uma obrigação com vocês e essa é possível de construir: é comunicar o mais rápido possível, Vereador Police Neto, quais serão os procedimentos para o início da seleção das famílias que vão ser atendidas naquele local. (Palmas)

A gente sabe que as unidades habitacionais lá vão demorar não só porque vão demorar para começar, porque quando começar também demora para entregar. Ninguém constrói unidade habitacional em dois meses, seis meses, um ano; é no mínimo um ano e meio, se tudo der certo. É assim qualquer empreendimento habitacional do tamanho daquele que vai ser construído na Petrobras.

Mas eu tenho certeza de que, se a gente conseguir estabelecer imediatamente o processo de seleção das famílias, conforme estabelece o edital, adiantar esse processo até para que todos tenham claro quem vai conseguir ser atendido, quem não vai, quem vai ter aprovação de crédito, quem não vai ter, quem a gente vai poder ajudar, dentro do que é permitido, para conseguir o empreendimento. Pelo menos vai deixar todos mais tranquilos, não só o MSTI, mas todos os movimentos e aqueles que têm expectativas de serem atendidos lá.

Óbvio, não vou ser hipócrita de dizer assim... É evidente que a gente não pode deixar de levar em consideração que vocês têm prioridade absoluta naquela área. (Palmas) Eu não tenho como negar isso. Espero que a gente encontre todas as ferramentas legais para colocar isso na prática. Eu me comprometo a ajudar muito nisso. Esse é o único compromisso que eu posso assumir aqui, Chico, o de continuar conversando com o MSTI como faço hoje, continuar sendo sincero. (Palmas) E que vocês tenham muito claro que a Secretaria Municipal de Habitação é parceira de vocês, mantém uma relação de buscar solução, mas sempre falando o que o Chico tanto quer: a verdade, mesmo quando não seja o que vocês queiram ouvir.

Obrigado. Boa noite. Obrigado mesmo. Parabéns à Câmara.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito obrigado, Secretário.

Agora eu vou mudar o procedimento. Normalmente quem encerra a audiência pública é o Presidente. Nós não vamos encerrar aqui, porque combinamos isso. Vamos descer. Como tem elevador para descer... Pessoal, espere o minuto, olhe para cá. A sugestão é: os homens mais jovens descem de escada, permitindo às mulheres e aos mais experientes descerem de elevador. (Palmas) E vamos encerrar nossa audiência pública lá embaixo. A última fala daqui, deste plenário, é do Maks, aí eu faço o encerramento lá embaixo. Está claro?

Maks, é com você.

O SR. MAKSUEL JOSÉ COSTA – Pessoal, espere um pouquinho, por educação. Como foi colocado aqui pelo nosso Secretário, pelo Police.

Primeiramente quero agradecer a cada militante do Movimento Sem Teto, que está na Casa - não vamos colocar aqui só no plenário nobre, mas na Casa -, que se dispôs a vir aqui. Nós tivemos esta audiência pública a pedido de vocês. Viemos a esta Casa a pedido de vocês, para ouvir do Secretário, ouvir dos representantes da Cohab quais serão os nossos próximos passos na questão do terreno da Petrobras.

É uma luta de 12 anos, estamos nos momentos finais dessa luta. Costumava falar que a pressão toda do terreno da Petrobras, Chicão, Nunes, Marcelo, Police, João, Emerson, David, Marcelinho, ficava nas nossas costas, da coordenação do Movimento. Imagine, Secretário, esse pessoal que está aqui, os militantes que estão aqui, os militantes que estão nos outros plenários, que estão lá embaixo no frio, olhando para a nossa cara, na Rua União, falando “E aí, Maks, como vai ficar o terreno da Petrobras?”.

A última obra que nós entregamos foi o Terramoto, em 2012. Faz oito anos que nós não entregamos nada, 12 anos no total, mas oito anos que nós estamos lutando e segurando o movimento na garganta, toda a pressão aqui nas costas, toda a pressão agora na careca. Caiu cabelo, perdeu mulher, teve operação, então imagine como que vira a nossa vida, vira do avesso.

Hoje a pressão, querendo ou não, por mais justo que esteja sendo o Secretário João aqui, o menos secretário sabonete que a gente tem, e a gente tem que dar uma salva de palmas para ele. (Palmas) Não é puxando o saco, não, que eu não sou disso. É o Secretário que a gente chega lá ouve a verdade, não é, David? Não é o que a gente quer ouvir mesmo. A gente quer ouvir que vai começar amanhã, e amanhã começar. Mas o Secretário fala: “Maks, vou ver como está sua demanda, vamos conversar com o Peixe”.

Pegou o Emerson que está ali – uma grande salva de palmas para o Emerson também (Palmas) -, nas férias para falar da nossa demanda, falou: “Não, você tem que voltar para cá para trabalhar, eu tenho que dar uma resposta para o Movimento”. Às vezes na reunião o clima fica mais elevado, não é, Police? Mas está sendo justo, falou: “Maks, eu quero ir lá, quero conversar com o Movimento, vamos ouvir o Police, vamos ouvir as lideranças de Heliópolis e vamos partir de lá para construir uma cidade melhor”.

O primeiro lote é Heliópolis, o primeiro lote é o terreno da Petrobras. Se começar certo, vai tudo certo. Se começar errado, acabou, acabou PPP, acabou política habitacional da Cidade, acabou tudo. Então a gente quer começar certo, quer fazer uma política e o Movimento quer continuar fazendo o que sempre fez, lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. (Palmas)

(Pausa)

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Deixa eu só começar com um agradecimento a quem não estava lá em cima com a gente, portanto, uma salva de palmas para todos vocês.

- Salva de Palmas.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Para a gente era muito importante ocupar cada um dos pedacinhos da Casa e a gente conseguiu. Essa foi uma das estratégias estabelecidas por vocês, a gente mostrar o tamanho que o movimento tem, e, portanto, ocupar

todos os espaços da Casa.

Vou finalizar a minha participação, e, depois, vou passar para o Maks e para o nosso Secretário, mas eu precisava fazer um agradecimento especial a cada um dos militantes que, ao longo de todos esses anos, jamais perdeu a crença, a esperança e a convicção que a gente vai, de fato, morar na Terra Prometida. Essa, talvez, seja a questão que mais nos reúna. E, a partir de hoje, a gente tem informações poderosas para fazer isso o quanto antes. Informações que vêm do Secretário, da Cohab, mas era absolutamente fundamental que ficasse claro para todos, um trabalho que é de vocês, e que a gente tem que trabalhar para que isso seja feito cada vez mais rápido.

Então, vou pedir para o Maks vir aqui fazer a apresentação do Secretário para vocês que estavam aqui embaixo.

Eu preciso declarar encerrada a audiência pública, se não a gente não fecha a ata, mas queria fazer junto de todos vocês.

Então, preciso, de fato, agradecer a presença de todos. Foi uma demonstração de organização muito grande o que vocês fizeram aqui.